



## **Racialização do Ensino de História**

Marcella Gabrielly Duarte de Almeida

### **Introdução**

Pensar o Ensino de História enquanto estudante de graduação é fundamental para a construção do alicerce que irá sustentar a atuação de professores nas salas de aula. Nesse sentido, o recorte racial na perspectiva de ensino - aprendizagem é caro frente às demandas sociais que atravessam a vida de brasileiros e brasileiras desde a infância, e a escola assume o papel crucial nas práticas de sociabilidade e formação de identidades, além de, teoricamente, incentivar a empatia histórica e a equidade nas relações coletivas.

Diante desse cenário, reconhecendo a escola como um espaço de formação humana, é indispensável notar as condições de produção, consumo e circulação do conhecimento histórico, e como as formas de “transposição didática constituem processos discursivos em meio a disputas por fixações de sentidos hegemônicos de saberes considerados escolares e que, nesse movimento, o jogo político configura-se como elemento central nas disputas no campo do currículo” (COSTA, 2019, p. 205). Especificamente quando recorta-se os últimos 20 anos, desde a implementação da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade dos conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira. Assim, busco compreender e identificar os impactos, mudanças e permanências provenientes da ação afirmativa implementada por essa lei, além de discutir sobre seu funcionamento na prática dentro das escolas e como os estudos nesse campo do conhecimento corroboram para a luta anti racista.

### **Do currículo à prática**

Tendo em vista a ascensão dos debates acerca do desenvolvimento e compreensão das identidades étnico-raciais no Brasil, bem como sua grande importância para a formação pessoal de estudantes e suas respectivas relações sociais, somado às mudanças nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular que acompanharam esse processo no





sistema educacional brasileiro, torna-se indispensável o desenvolvimento de propostas educacionais que busquem estreitar os laços entre representatividade e as representações étnico-raciais dentro das narrativas historiográficas.

Nesse sentido, considerando a função da educação para o desenvolvimento da consciência racial de jovens e crianças, compreende-se que a partir do estímulo propiciado pelo conhecimento histórico, pode-se suprir as carências de orientação do tempo presente e ampliar as perspectivas sobre a diversidade da sociedade brasileira, sendo necessário refletir

sobre o papel dos professores e professoras de História na luta contra a reprodução do racismo.

Logo, a diversidade dos conceitos e a ampliação da análise de fontes viabiliza a difusão de narrativas decoloniais produzidas pela historiografia nos últimos anos, no entanto, convém investigar de que maneira essas narrativas estão sendo trabalhadas dentro das salas de aula, quase 20 anos após a primeira lei que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira, tendo em vista que,

O racismo, decorrente de escravidão de pessoas negras no Brasil, não é algo que passou: é algo que não passa, não cessa de multiplicar os seus efeitos. Temos aí o paradoxo temporal: ninguém poderá, simplesmente, ensinar a cronologia da escravidão sem pensar que a escravidão não é outra coisa senão o elemento ao qual está ligado o processo de colonialidade e estão ligados os processos de racismo e discriminação que existem em nossa sociedade. (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 21)

Dessa forma, observa-se que o conhecimento histórico ao ser aplicado à vida prática, a partir da compreensão sobre a identificação e representatividade dos grupos étnico-raciais, os quais reivindicam sua voz sobre os fatos históricos do passado, tem o intuito de ampliar a percepção sobre outras narrativas que não são consideradas no senso comum, as quais se pautam no mito da democracia racial, na falsa sensação de igualdade imputado por discursos meritocráticos e ressaltar

a discussão sobre os processos de ensino e aprendizagem e sobre abordagens didático-pedagógicas voltadas para abordagem de temas sensíveis - como o





racismo - e sobre o modo como ele afeta crianças e adolescentes e sua relação com o mundo são fundamentais para que as demandas da sociedade civil sejam efetivadas (COELHO; COELHO, 2021, p. 8).

Segundo a historiadora Nilma Lino Gomes, “cabe ponderar que o processo de implementação de tais leis e políticas nem sempre corresponde à radicalidade emancipatória das reivindicações que o originaram” (GOMES, 2017, p.36). O ensino de História da África e dos afro-brasileiros se estabelecendo nos currículos e na prática como um capítulo específico de um conteúdo programático não colabora de maneira eficiente para o desenvolvimento de uma educação antirracista e emancipadora. Tomando como exemplo o Documento Curricular para Goiás do Ensino Médio, o qual apresenta as perspectivas burocráticas acerca do cumprimento da BNCC, teoriza os projetos desenvolvidos na escola, elucidando habilidades e competências a serem postas em prática, além de exibir os novos itinerários da educação profissional e técnica do novo Ensino Médio.

Nesse contexto, foi possível compreender o papel e a relevância que a disciplina de História obtêm no sentido em que se articula com outras matérias dentro e fora das Ciências Humanas, elucidando a articulação entre os objetos de conhecimento da interdisciplinaridade, se relacionando com aspectos da cultura, patrimônio, relações sociais, política, eugenia, colonialidade, além da recorrente associação conceitual como: história das cidades, história das instituições, história da agropecuária, história da humanidade, dentre outros. As questões acerca do ensino de temas pertinentes à história afro-brasileira aparecem ao longo das especificações curriculares, afirmando os significados de sua resistência, representatividade e também a luta contra o racismo. No que se refere ao estudo da Escravidão, estão atrelados aos conteúdos de História do Brasil, de forma não especificada, e também, em relação às temáticas diretamente ligadas ao movimento abolicionista não aparecem de forma direta no documento. Nesse sentido, percebe-se que quanto mais se especifica a documentação - visando o planejamento real das aulas - mais superficialmente encontram-se os temas relativos à História afro-brasileira.





Além disso, considerando a perspectiva sintetizada na frase do fotógrafo brasileiro Januário Garcia (1943-2021): “existe uma história do povo negro sem o Brasil; mas não existe uma historia do Brasil sem o povo negro<sup>1</sup>”, entende -se que discussões dentro do espectro da raça precisam ser suscitadas nas aulas de História como um todo, tendo em vista o racismo presente no cotidiano do ambiente escolar e fora dele, somado ao reforço dos estereótipos racistas presentes nas narrativas do senso comum e em livros didáticos que impedem o estabelecimento de um caráter multicultural, interracial, emancipador e popular na educação, assim “essa postura político epistemológica poderá nos levar mais além” (GOMES, 2017, p.54).

### **Considerações Finais**

Ao fim de todas as reflexões e observações acerca dos efeitos da Lei 10.639/03, vale destacar que, nos últimos anos o Movimento Negro Brasileiro se conecta à educação de maneira imprescindível, desenvolvendo um papel fundamental no processo de produção, socialização do conhecimento decolonial e sistematização dos saberes desenvolvidos pela comunidade negra, logo

trata-se de uma forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o início da sua conformação social. Significa a intervenção social, cultural e política de forma intencional e direcionada dos negros e negras ao longo da história, na vida em sociedade, nos processos de produção e reprodução da existência (GOMES, 2017, p.67).

Logo, 20 anos depois ainda é pertinente questionar sobre as formas que essa lei se estabelece para além de um conteúdo programático no currículo e de debates culturalistas, se nos últimos anos tem contribuído diretamente para descolonizar o conhecimento propagado nas salas de aula, não apenas dentro dos conteúdos de História mas também em outras áreas do conhecimento, como Geopolítica, Filosofia, Biologia, dentre outras. Além disso, cabe refletir como a difusão desses preceitos e a propagação de narrativas que amplifiquem as vozes das minorias como sujeitos de uma História afrocentrada





propicia a tomada de consciência racial de alunos e alunas, e principalmente, de que maneira endossa a luta antirracista.

### **Nota**

1. Essa frase é atribuída ao ativista do Movimento Negro Januário Garcia, mas não está registrada bibliograficamente. Ele dedicou grande parte de sua carreira fotografando aspectos culturais e o cotidiano do povo negro, Januário Garcia morreu aos 77 anos vítima da COVID-19.

### **Referências**

ALONSO, Angela. A teatralização da política. In: Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 113-151.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores. Educar em Revista, Curitiba, v.37, 2021.

COSTA, Warley da. Sentidos de “negro” no Ensino de História: articulações em contextos de referência para a produção do conhecimento no livro didático. **Cartografias da Pesquisa em Ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

GOMES. Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes contruídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MATTOS, Hebe Maria. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História da vida privada no Brasil, II: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 337-383; 464-466.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. Revista História Hoje, vol. 7, n. 13, p.14-33, 2018.



RÜSEN, Jörn. Teoria da História: uma teoria da História como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015, p.247-259.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma P. A.; RESENDE, Lúcia M. G. (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2001, p. 9-32.